

Decisões sobre Alvos em Relação aos Escudos Humanos

Capitão Daniel P. Schoenekase, Guarda Nacional do Exército dos EUA

O EMPREGO DE escudos humanos no campo de batalha apresenta problemas em todos os níveis para as Forças Armadas dos EUA. No nível estratégico, o comandante do teatro e seu estado-maior devem tomar decisões sobre os alvos após considerarem as implicações estratégicas e políticas impostas pela presença de escudos humanos. Entretanto, essa preocupação não é singular aos grandes comandos. Escudos humanos no campo de batalha podem afetar diretamente as unidades táticas, do pelotão até o batalhão, cabendo ao combatente individual, muitas vezes, a tomada de decisões específicas sobre o alvo.

Definição e Classificação

Escudos humanos são elementos não-combatentes cuja presença protege certos objetos ou áreas de um ataque. Segundo a Lei Humanitária Internacional, o emprego de escudos humanos é ilegal. Se considerarmos as consequências políticas de atacar alvos quando o elemento humano se encontra presente, seria benéfico especificar os tipos de escudos humanos empregados.¹

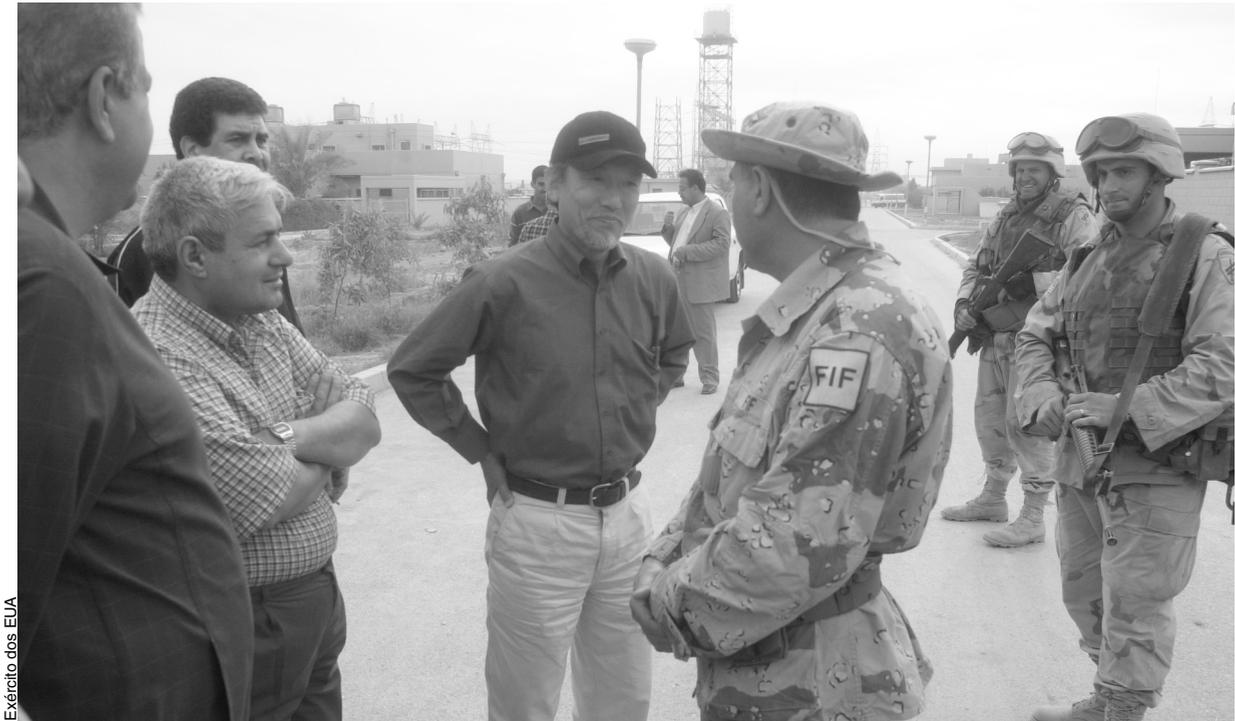
Escudos humanos devido à proximidade. Devido à sua proximidade a um alvo militar verdadeiro, os escudos humanos constituem-se numa grande probabilidade para danos colaterais. O planejador militar deve considerar sua proximidade antes de atacar um alvo, como, por exemplo, as defesas antiaéreas iraquianas localizadas numa área residencial. Em geral, os escudos humanos não foram forçados a participar e também não se ofereceram para proteger as defesas. Em contrapartida, algumas vezes nossas forças se

vêm em situação desvantajosa, quando são atraídas para áreas onde os escudos humanos estão presentes e elas passam a se tornar alvos para o inimigo na espreita.

Escudos humanos involuntários/reféns. Uma segunda categoria de escudos humanos é o emprego involuntário de civis, não-combatentes ou reféns para proteger o alvo militar legítimo, como ocorreu quando o Iraque ameaçou usar jornalistas estrangeiros como escudos humanos durante a Operação *Desert Storm*.² O Comitê Internacional da Cruz Vermelha define reféns como “pessoas que, voluntariamente ou não, se encontram sob o poder inimigo respondendo com a sua liberdade ou sua vida para acatar as ordens do inimigo e para manter a segurança de suas forças armadas”.³

Escudos humanos voluntários. A recente guerra de coalizão com o Iraque foi testemunha dessa categoria singular de escudos humanos. Estima-se que entre 100 e 250 ativistas de paz oriundos de aproximadamente 32 nações foram para o Iraque antes da guerra para atuar como escudos humanos.⁴

A participação ativa desses escudos humanos voluntários resultou em debates sobre a sua condição de quase-combatentes. A organização Vigilantes de Direitos Humanos entrou em contato com ambos os lados do conflito para que aderissem à lei humanitária internacional: “como operários em fábricas de munições, civis que atuam como escudos humanos, seja de forma voluntária ou não, contribuem indiretamente para a capacidade de guerra da nação. Suas ações não representam um risco direto para as forças oponentes. *Essas pessoas retêm a imunidade civil porque não*



Exército dos EUA

Soldados americanos comunicam a um japonês, que atuava voluntariamente como escudo humano durante a Operação Iraqui Freedom, que estava livre para voltar para o seu país quando quisesse.

estão diretamente engajadas nas hostilidades contra o adversário. Não podem ser considerados alvos.⁵

Alguns estudiosos argumentam que escudos humanos voluntários perdem sua imunidade. Durante o pedido de proteção para os civis no conflito do Iraque, um grupo de professores de direito e advogados disse: “Morte ou ferimento de escudos humanos, iraquianos ou não, que voluntariamente tomam posição no local de objetivos militares legítimos, não constituem um dano colateral humano, porque esses escudos humanos voluntários assumiram o risco do combate e, até certo ponto, comprometeram sua imunidade de não-combatente”.⁶

Esse debate é certamente controvertido por várias razões. O Iraque empregou um grande número de escudos humanos voluntários para proteger alvos que faziam parte de sua infra-estrutura. Os Estados Unidos e seus parceiros de coalizão não tinham grandes motivos para destruir a infra-estrutura iraquiana, até mesmo alvos de óbvio duplo emprego, devido ao resultado relativamente certo da guerra e a responsabilidade subsequente de reconstruir a infra-estrutura.⁷

Levando-se em consideração os riscos políticos, a atenção dispensada pela mídia a esses ativistas, sua falta de importância militar e a política americana, os EUA provavelmente nem tentariam o lançamento contra alvos na presença de escudos humanos.⁸

Exemplos de Escudos Humanos

Escudos humanos foram recentemente empregados para vários fins. O Iraque, o mais conhecido infrator das proibições internacionais, empregou escudos humanos durante a guerra contra o Irã na década de 80, na Operação *Desert Storm* em 1991, no bombardeamento aliado em 1997 e na Operação *Iraqi Freedom*.⁹

Os sérvios da Bósnia empregaram escudos humanos estrategicamente contra os alvos da OTAN durante a Operação *Allied Force* e taticamente contra as forças muçulmanas e croatas para se protegerem contra o fogo direto e indireto. Em 1995, o Tribunal Internacional da ex-Iugoslávia acusou Radovan Karadzic e Ratko Mladic por transgredirem a lei humanitária internacional em Srebrenica e nos seus arredores. Zatko Aleksovski também foi condenado a sete anos de prisão por usar presos como escudos humanos.¹⁰

O Camboja também transgrediu a lei humanitária internacional, incluindo o uso de escudos humanos durante a Guerra do Vietnã. Forças do governo cambojano usaram civis de etnia vietnamita como escudos humanos à medida que avançavam contra as posições vietnamitas.¹¹ As Forças norte-americanas provavelmente enfrentarão o uso tático desses escudos humanos em futuros conflitos de baixa-intensidade. Forças inimigas que não podem competir com a mobilidade, poder de fogo e tecnologia das Forças norte-americanas

contarão com a relutância dos EUA em engajar civis, a não ser quando absolutamente necessário.

Durante a guerra civil na Serra Leoa, na década de 90, membros da Frente Unida Revolucionária seqüestravam crianças rotineiramente, usando-as como escudos humanos contra as forças do governo.¹² Israel acusa os militantes palestinos de se juntarem aos civis para se proteger dos ataques. A resposta de Israel apresentou resultados trágicos quando franco-atiradores palestinos se posicionaram entre os manifestantes e começaram a disparar contra as tropas israelitas em Qana.¹³

Os rebeldes chechenos usaram elementos étnicos da população russa como escudos humanos durante a guerra brutal na Chechênia. Também a guerra civil na Colômbia, entre o Exército de Libertação Nacional e as forças para-

Os comandantes devem distinguir a população e as instalações civis dos combatentes e objetivos militares, sob o princípio da discriminação. A população civil possui imunidade e “desfruta de proteção geral contra os perigos resultantes das operações militares” e “não deverão ser objetos de ataque”.

militares que apoiavam o governo, que vem crescendo há muitos anos, e escudos humanos voluntários da Brigada da Paz, sediada em Londres, foram empregados para proteger o pessoal do governo colombiano que se encontrava ameaçado de morte pelos rebeldes.¹⁴

Certos empregos de escudos humanos não são facilmente reconhecidos, como nos exemplos de Iraque e Kosovo. Um clássico exemplo do uso passivo de escudos humanos por proximidade foi o cruento genocídio em Ruanda, em 1994, quando os refugiados fugiram da guerra evadindo-se para o Zaire. Remanescentes extremistas do governo derrotado, juntamente com a milícia, lançaram um ataque contra a Ruanda, partindo do acampamento dos refugiados onde procuraram abrigo, usando os refugiados como escudos para se protegerem dos contra-ataques.¹⁵

Em 1993, os EUA tentaram apreender o senhor da guerra Mohamend Farrah Aidid na Somália para restaurar a ordem no país. Durante uma reunião dos líderes Habr Gird, elementos do 75º Regimento *Ranger* mais o Destacamento Operacional Delta, realizaram um ataque de surpresa, mas foram forçados a se retirar para a instalação americana localizada no aeroporto de Mogadíscio. Os franco-atiradores somalis, dispersos entre a multidão, engajaram as forças dos EUA e, logo voltaram a se misturar com a população, empregando os civis como escudos humanos. Os atiradores também fizeram uso de hospitais e outros prédios não militares, de onde

disparavam fogo direto contra as forças americanas. Esse engajamento destaca os desafios singulares das operações militares em terreno urbano contra um inimigo indiferente às leis humanitárias internacionais ou que emprega a tática de proteção com escudos humanos para reduzir a superioridade dos EUA.¹⁶

Aplicabilidade da Lei Humanitária Internacional

Existem vários tratados e protocolos sob a lei humanitária internacional que proíbem o uso de escudos humanos por qualquer uma das partes num conflito. O Artigo 3 da III Convenção de Genebra, relativo ao Tratamento de Prisioneiros de Guerra, considera ilegal a tomada de reféns.¹⁷ O Artigo 23 estabelece especificamente que um prisioneiro de guerra não deve ser usado “para fazer que certos pontos ou certas áreas tenham imunidade contra operações militares”.¹⁸ O Artigo 28 da IV Convenção de Genebra, referente à Proteção de Civis em Tempo de Guerra, determina que, de acordo com a lei humanitária internacional, o emprego de escudos humanos é ilegal, estabelecendo que “a presença de uma pessoa protegida não pode ser usada para obter imunidade de certos pontos ou certas áreas”.¹⁹

O Protocolo Adicional I das Convenções de Genebra, Artigo 51 (7) — Proteção da População Civil que contém o principal regulamento referente a escudos humanos, estabelece que: “A presença ou movimentação da população civil, ou de civis individuais, não será usada para tornar certos pontos ou áreas imunes às operações militares, principalmente com a intenção de proteger objetivos militares de contra-ataques, ou para proteger, favorecer ou impedir operações militares. As partes envolvidas no conflito não poderão organizar o movimento da população ou de pessoas, individualmente, a fim de proteger os objetivos militares contra ataques”.²⁰ Essa provisão se aplica a escudos humanos passivos, voluntários ou não, e ativos independente de sua classificação e definição. Segundo o Artigo 51, qualquer uma das partes deve levar em consideração a presença de escudos humanos durante o processo de seleção de alvos.²¹

O Artigo 52 (2) Proteção Geral dos Objetos Civis estabelece que os ataques deverão ser limitados estritamente aos objetivos militares e define os mesmos como sendo “aqueles objetos que por sua natureza, localização e propósito ou emprego contribuem eficazmente para a ação militar e cuja destruição total ou parcial, captura ou neutralização, segundo as circunstâncias prevaletentes no momento, ofereçam uma clara vantagem militar”.²² O Artigo 52 (1) estabelece que: “Alvos civis são todos aqueles que não são objetivos militares, segundo a definição no parágrafo 2.”²³

O Artigo 58, Precauções Contra os Efeitos dos Ataques, estabelece um compromisso contra a adoção passiva de escudos humanos por proximidade: “As partes beligerantes num conflito, tanto quanto possível, devem remover a população civil e material sob seu controle das áreas próximas a



Exército dos EUA

Por ocasião de uma patrulha em Fallujah, durante a Operação al Fajar (Novo Amanhecer), o sargento Ybarra brinca com uma criança enquanto seus colegas fuzilheiros navais provêem alimento e água para a família. Novembro de 2004.

objetivos militares; devem evitar a localização de objetivos militares dentro ou nas proximidades de áreas densamente povoadas e tomar outras precauções necessárias para proteger a população e instalações civis sob seu controle contra os perigos das operações militares.²⁴

Os Estados Unidos não são signatários do Protocolo Adicional I e, portanto, não estão obrigados a acatá-lo. Não obstante, aceitam muitos dos seus preceitos como lei humanitária internacional consuetudinária e aderem às suas normas.²⁵ Em 1987, Michael Matheson, Vice-Conselheiro Legal do Departamento de Estado dos EUA, enumerou muitos dos princípios do Protocolo Adicional I os quais os EUA consideram lei internacional consuetudinária, inclusive os artigos 51 e 52.²⁶ O Estatuto de Roma do Tribunal de Justiça Internacional, em 1998, tem jurisdição aprovada para processar crimes de guerra, inclusive “a utilização de civis ou outras pessoas protegidas para a obtenção de imunidade de certos pontos, áreas ou forças militares.”²⁷

Princípios para a Seleção de Alvos

Devido à natureza moderna da guerra e à transição da maioria das sociedades para uma economia industrializada com centros urbanos como seu ponto de enfoque, parece lógico que alvos militares reais sejam localizados perto da população civil ou de lugares

civis, simplesmente devido à eficiência ou ao crescimento urbano. A Convenção de Genebra e o Protocolo Adicional I mantêm sob convênio a obrigação de uma das partes removerem os civis daquela área, embora isso talvez não seja prático em todas as situações. Não obstante, os planejadores de guerra americanos quando confrontados com o emprego, por parte do inimigo, de escudos humanos por proximidade, voluntariamente ou não, continuam sob a obrigação de empregar os princípios básicos para assegurar uma mínima perda de vida.²⁸

Os alvos protegidos por escudos humanos podem ainda ser atacados, de acordo com as obrigações do atacante sob a lei internacional, para minimizar os danos colaterais. Estes danos ocorrem, em geral, quando os ataques contra objetivos militares causam baixas civis ou atingem instalações civis. Ocorrem com mais frequência quando os alvos militares estão localizados em áreas urbanas.²⁹

Princípio de necessidade militar. Qualquer ataque pode ser justificado pela necessidade militar, o que significa que devem ser limitados aos alvos militares legítimos, como as forças armadas e combatentes civis; posições ou instalações ocupadas pelas Forças Armadas, bem como objetivos diretamente contestados em combate; e instalações militares tais como quartelamentos, ministérios da guerra, depósitos de munição ou combustível, áreas de estacionamento de viaturas, campos de pouso, rampas de lançamento de foguetes e

bases navais. Alvos legítimos, mas não puramente militares, são comumente referidos como alvos de uso duplo como, por exemplo, infra-estrutura, comunicações e instalações militares-industriais, de pesquisa militar e de produção de energia.³⁰

Uma definição mais sucinta de atacar um alvo é o uso de “medidas de força regulada aprovadas pela lei internacional, as quais são indispensáveis para assegurar a pronta submissão do inimigo, com o mínimo de gasto dos recursos econômicos”.³¹ A não obediência a esse princípio poderia

A presença de escudos humanos no campo de batalha é uma situação que pode ser resolvida pelo comandante, entretanto, é uma situação única e desafiante devido à atenção dada pela mídia e a visibilidade política envolvida. O uso ilegal de escudos humanos não findará, porque forças com poucos meios também têm pouco incentivo para cumprir com a lei humanitária internacional.

resultar em sérias conseqüências. O Estatuto de Roma do Tribunal de Justiça Militar apresenta uma “extensa lista de destruição e apropriação extensiva de propriedades, não justificadas pela necessidade militar e executadas de forma ilegal e deliberadamente” como uma grave infração.³²

Princípio de discriminação (distinção). Os comandantes devem distinguir a população e as instalações civis dos combatentes e objetivos militares, sob o princípio da discriminação. A população civil possui imunidade e “desfruta de proteção geral contra os perigos resultantes das operações militares” e “não deverão ser objetos de ataque”.³³ O princípio de discriminação é codificado no Protocolo Adicional I, Artigos 51(4-5) e 57(2) (a) (i), os quais proíbem ataques indiscriminados.³⁴ Os ataques devem ser direcionados contra objetivos militares específicos e não podem “empregar métodos ou meios de combate que não possam ser direcionados a um objetivo militar específico”.³⁵ Exemplos de ataques indiscriminados são bombardeios de saturação e o lançamento de *scuds* iraquianos durante a Operação *Desert Storm*.

Princípio de humanidade. Esse princípio, aplicável a todos os alvos, simplesmente significa que os beligerantes são proibidos de empregar armas, projéteis ou materiais planejados para causar sofrimento desnecessário. Está estreitamente ligado ao princípio da necessidade, já que se estende à destruição desnecessária de propriedades.³⁶

Princípio de proporcionalidade. O Exército dos EUA define este princípio como “a previsão de perdas de vidas humanas e danos secundários a propriedades não devem ser excessivos, em relação à vantagem

militar concreta e direta que se espera obter”.³⁷ Essa definição é, sem dúvida, baseada no Protocolo Adicional I, Artigo 51(5)(b), o qual estabelece que quando danos colaterais são esperados e inevitáveis, devem ser proporcionais às vantagens militares de acertar no alvo.³⁸

Tomada de Decisão sobre Alvos

Quando um comandante se defronta com a decisão de atacar um alvo protegido ilegalmente por um escudo humano, os princípios de ataque a alvos e a lei humanitária internacional exigem um “teste de equilíbrio”. O comandante deve avaliar:

- a missão;
- o tempo disponível;
- a vantagem militar ou propósito para destruir o alvo;
- a inteligência disponível;
- os meios disponíveis para atacar os alvos;
- as conseqüências políticas de atacar o alvo;
- todos os prováveis danos colaterais, inclusive possíveis escudos humanos que poderão ser mortos durante o ataque; e
- qualquer linha-de-ação alternativa.³⁹

O comandante deve agir com cautela e será julgado pelo que se sabe na hora do ataque, e não pelo que se souber em retrospecto. Duas perguntas serão feitas ao comandante em relação à decisão de atacar: Ele coletou informações razoáveis para determinar se o alvo era um objetivo militar e os danos acidentais não seriam desproporcionais? O comandante agiu razoavelmente com base nos dados disponíveis?⁴⁰

O comandante e seu estado-maior julgam e atribuem um valor numérico aos critérios específicos com base na sua importância relativa. O resultado final é uma análise empírica para auxiliar na decisão final de atacar ou não o alvo. Quanto mais alta for a soma, mais confiante estará o comandante sobre sua decisão de atacar o alvo. O modelo reconhece o princípio da necessidade da missão e as linhas-de-ação alternativas. O princípio da proporcionalidade é analisado por meio do cálculo dos danos colaterais e pela natureza da composição do alvo, comparado com a missão. A avaliação da natureza do alvo também garante que o comandante e seu EM levem em consideração o princípio da discriminação. O princípio humanitário é considerado por meio da discussão e designação das vantagens disponíveis. As considerações políticas são mensuradas pelo apoio internacional e nacional à guerra, pressupondo-se que quanto maior o nível de apoio pela guerra, mais alto será o nível de tolerância pelos danos colaterais.

Esse modelo poderá ser útil para os comandantes nos níveis brigada ou superiores, porque os meios a eles disponíveis permitem uma destruição em maior escala e,



Exército dos EUA

Soldados americanos procuram insurretos num mercado em Somália.

concomitantemente, maior efeito sobre as leis humanitárias internacionais já que suas decisões levam a práticas sistemáticas.⁴¹ Nesses níveis, as decisões relacionadas aos escudos humanos são muito parecidas as empregadas para a seleção de alvos, salvo a possibilidade de serem expostos pela mídia antes do ataque.

Entretanto, nos níveis batalhão e inferiores, o engajamento contra inimigos que empregam escudos humanos se assemelha ao ocorrido na Somália em 1993. O princípio mais importante para cada soldado é o direito a autodefesa. Os comandantes emitirão regras de engajamento que irão mudar dependendo da situação estratégica ou tática, contudo, o direito a autodefesa é constante. A autodefesa, tema central das regras de engajamento padrão, estabelecidas pela Junta de Chefes de Estado-Maior em 2000, é abordada em todos os níveis, da autodefesa nacional até a autodefesa individual.⁴²

As regras de engajamento padrão apresentam dois elementos de autodefesa: necessidade e proporcionalidade. A necessidade surge quando ocorre uma ação hostil, ou quando a força armada ou grupo terrorista exhibe uma intenção hostil. A proporcionalidade é o grau de violência empregado contra uma ação hostil. A resposta a uma ação hostil deve ser razoável em intensidade, duração e magnitude à ameaça percebida ou demonstrada, com base nos fatos conhecidos pelo comandante, na ocasião. Caso os soldados se deparem

com uma situação como a da Somália, onde as forças inimigas realizavam disparos partindo da concentração de civis ou usavam os mesmos como escudos humanos, devem empregar os mesmos princípios da lei humanitária internacional e tentar minimizar os danos colaterais.

Devem-se inculcar nos soldados os princípios de seleção de alvos de forma similar à empregada para o treinamento de outras práticas profissionais. Os soldados podem ser treinados para lidar com as táticas que empregam escudos humanos por meio de exercícios avançados de tiro que enfatizem a detecção, busca, discriminação e engajamento de alvos.

A presença de escudos humanos no campo de batalha é uma situação que pode ser resolvida pelo comandante, entretanto, é uma situação única e desafiante devido à atenção dada pela mídia e a visibilidade política envolvida. O uso ilegal de escudos humanos não findará, porque forças com poucos meios também têm pouco incentivo para cumprir com a lei humanitária internacional. Embora exista algum debate sobre a condição de quase-combatente dos escudos humanos, as exigências para minimizar os danos colaterais e proteger os indivíduos não mudaram. Talvez a solução para o uso de escudos humanos se encontre no Tribunal de Justiça Criminal Internacional, o qual tem o poder de indiciar e processar os infratores da lei internacional. **MR**

Referências

1. Kenneth Anderson, William C. Bradford, Lee A. Casey, Samuel Estreicher, Douglas Kmiec, Jerome Marcus, Madeline Morris, Jeremy A. Rabkin, David Rieff, David B. Rivkin, Jr., Abraham D. Sofaer, Don Wallace, Jr., Paul Williams, e Edwin D. Williamson, "A Public Call for International Attention to Legal Obligations of Defending Forces as Well as Attacking Forces to Protect Civilians in Armed Conflict," *Crimes of War Project, The War in Iraq*, endereço eletrônico <www.crimesofwar.org/special/Iraq/news_iraq3.html>, em 19 de março de 2003. Os autores classificam escudos humanos em involuntários e voluntários. Dividi essas duas categorias em outras subcategorias. Ver também Matthew Lippman, "Aerial Attack on Civilians and the Humanitarian Law of War: Technology and Terror from World War I to Afghanistan," *California Western International Law Journal* vol. 33 (2002): pp.1, 36; Protocolo Adicional I, Convenções de Genebra, 12 de agosto de 1949, relacionado com a proteção das vítimas de Conflitos Armados Internacionais, artigo.51(7), 8 de junho de 1977; Adam Roberts e Richard Guelff, editores. Documentos sobre as Leis da Guerra, 3ª ed. (Nova York: Oxford University Press, 2001), p. 449; Departamento de Defesa dos EUA (DOD), Briefing sobre Escudos Humanos no Iraque, endereço eletrônico <www.defense-link.mil/news/feb2003/102262003_10226humanasst.html>, acessado em 26 de fevereiro de 2003.
2. Veja Maj Ariane L. DeSaussure, "The Role of the Law of Armed Conflict During the Persian Gulf War: An Overview," *Air Force Law Review* vol. 37 (1994): pp.41, 52-53. Iraque libertou os reféns sob intensa pressão internacional antes do início das hostilidades.
3. Sean Maguire, "Hostages," *Crimes of War Project*, endereço eletrônico <www.crimesofwar.org/thebook/hostages.html>, acessado em 19 de abril de 2003.
4. Veja Scott Peterson, "Human shields' in tug-of-war," *The Christian Science Monitor*, endereço eletrônico <www.csmonitor.com/2003/0317/p01s04-woiq.html>, acessado em 17 de março de 2003.
5. Human Rights Watch, Background, "International Humanitarian Law Issues in a Potential War in Iraq," endereço eletrônico <www.hrw.org/backgrounder/arms/iraq0202003.htm>, acessado em 20 de fevereiro de 2003.
6. Anderson e outros; Peterson. Alguns escudos humanos voluntários deixaram o Iraque antes que a guerra iniciasse porque estavam sendo colocados perto de alvos puramente militares. Veja Crimes of War Project, "In America's Sights: Targeting Decisions in a War With Iraq," endereço eletrônico <www.crimesofwar.org/print/onnews/iraq-print.html>, acessado em 6 de março de 2003.
7. Peterson. Alguns escudos humanos voluntários deixaram o Iraque antes do início da guerra porque estavam sendo colocados somente em alvos militares. Veja *In America's Sights: Targeting Decision in a War with Iraq*, Crimes of War Project, endereço eletrônico <www.crimesofwar.org/print/onnews/iraq-print.html> acessado em 6 de março de 2003.
8. Anderson.
9. Veja Lippman, "Aerial Attacks on Civilians," p. 45; James S. Robbins, "War Crimes: The Case of Iraq," *Fletcher Forum on World Affairs* vol.18 (1994): pp. 45, 49-50; Peterson; Tenente Robert A. Bailey, "Why Do States Violate the Law of War? A Comparison of Iraqi Violations in Two Gulf Wars," *Syracuse Journal of International Law and Commerce* vol.27 (Winter 2000): pp. 103, 122; Maguire. Quando as forças sérvias capturaram mantenedores da paz da ONU como escudos humanos em 1995, a ONU declarou estas pessoas reféns. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha discordou dessa classificação considerando estas pessoas prisioneiras de guerra porque a ONU tinha ordenado ataques aéreos e se envolvido no conflito da Bósnia. Seja qual for a categorização, o uso dessas pessoas violou a lei humanitária internacional. Infelizmente, a tática sérvia deu certo porque a OTAN evitou atingir os alvos protegidos pelos mantenedores da paz da ONU capturados.
10. Tania Voon, "Pointing the Finger: Civilian Casualties of NATO Bombing in the Kosovo Conflict," *American University International Law Review* vol. 16 (2001): pp. 1,083, 1,110-1,111. Voon trata das alegações referentes aos possíveis crimes de Guerra da OTAN no bombardeio de uma vila em Korisa, em 14 de maio de 1999, matando aproximadamente 87 civis que talvez estivessem presentes num legítimo objetivo militar legítimo; Florence Hartmann, "Bosnia," *Crimes of War Project*, endereço eletrônico <www.crimesofwar.org/thebook/bosnia.html>, acessado em 19 de abril de 2003; Mohamed S. Elewa, "Genocide at the Safe Area of Srebrenica: A Search for a New Strategy for Protecting Civilians in Contemporary Armed Conflict," *Michigan State University-Detroit College of Law, Journal of International Law* vol. 10 (Fall 2001): pp. 429-31; Lippman, "Humanitarian Law: The Uncertain Contours of Command Responsibility," *Tulsa Journal of Comparative & International Law* nº 9 (Fall 2001): pp. 75-76.
11. Sydney Schanberg, "Cambodia," *Crimes of War Project*, endereço eletrônico <www.crimesofwar.org/thebook/cambodia.html>, acessado em 14 de abril de 2003.
12. Ismene Zarifis, "Sierra Leone's Search for Justice and Accountability of Child Soldiers," *Direitos Humanitários* 9, no. 3 (Spring 2002): pp. 18, 19. Embora a *Revolutionary United Front* seja argumentavelmente composta por combatentes em desvantagem, a proibição de usar escudos é considerada ser uma lei internacional consuetudinária, e existem violações claras do Artigo Comum 3, das Convenções de Genebra III, relativas ao Tratamento de Prisioneiros de Guerra, 12 de agosto de 1949, endereço eletrônico <www.unhcr.ch/html/menu3/b/91.htm>, acessado em 8 de julho de 2004. A Serra Leoa passou a ser signatário aos Protocolos Adicionais II, Convenções de Genebra, 1949, em 8 de junho de 1977.
13. Veja também W. Michael Reisman, "The Lessons of Qana," *Yale Journal of International Law* 22 (1997): 381, 382; Mark Dennis, "Arab-Israeli Conflict and the Laws of War," *Crimes of War Project*, endereço eletrônico <www.crimesofwar.org/expert/arabisrael-print.html>, acessado em 14 de abril de 2003. Existem acusações de que Israel empregou franco atiradores numa tentativa de discriminar entre alvos militares e civis, mas houve muitos civis mortos em consequência desta prática.
14. Veja Barry Renfrew, "Chechnya," *Crimes of War Project*, endereço eletrônico <www.crimesofwar.org/thebook/chechnya.html>, acessado em 19 de abril de 2003; Teun Voeten, "Barrancabermeja: Murder Capital of the World," *Crimes of War Project*, endereço eletrônico <www.crimesofwar.org/colombia-mag/teun-print.html>, acessado em agosto de 2001. Esperava-se que a presença de estrangeiros limitaria os ataques os funcionários públicos da Colômbia porque as consequências políticas resultantes de matar um ocidental poderiam resultar em um aumento no apoio ao Governo colombiano. Aparentemente, essa tática colocou os escudos humanos num mesmo risco porque o Exército Nacional de Libertação os declarou alvos militares.
15. Veja Robert Block, "Shields," *Crimes of War Project*, endereço eletrônico <www.crimesofwar.org/thebook/shields.html>, acessado em 14 de abril de 2003. A decisão da OTAN de não atacar alvos militares legítimos onde se encontrassem presentes prisioneiros de Guerra da ONU exigiu um tipo diferente de análise do que se estava empregando para analisar possíveis ataques contra alvos em Iraque que estavam sendo protegidos por escudos humanos voluntários.
16. Veja Mark Bowden, *Blackhawk Down* (Nova York: Penguin Books 2000), pp.85, 106.
17. Veja Convenção de Genebra III, art. 3; Roberts and Guelff, p. 245.
18. Convenção de Genebra III, art. 23, parágrafo 1; Roberts, p. 254.
19. Convenção de Genebra IV, relativa à Proteção de Pessoas Cíveis em Tempo de Guerra, 12 de agosto de 1949; Roberts and Guelff, p. 312.
20. Convenções de Genebra, Protocolo Adicional I, art. 51(7), Proteção da População Civil.
21. Protocolo Adicional I, art. 51(8); Roberts and Guelff, p. 449.
22. Protocolo Adicional I, art. 52(2); Roberts and Guelff, p. 450.
23. Protocolo Adicional I, art. 52(1); Roberts and Guelff, p. 449.
24. Protocolo Adicional I, art. 58(a-c); Roberts and Guelff, p. 453.
25. Veja Lippman, "Aerial Attacks on Civilians," p. 45.
26. Michael J. Matheson, discute sobre os muitos princípios do Primeiro Protocolo Adicional de 1977 às Convenções de Genebra de 1949, os quais os EUA consideram lei internacional consuetudinária; 6ª Conferência Anual da Cruz Vermelha Americana e do *Washington College of Law* sobre a Lei Internacional Humanitária abordando o tema: *Customary International Law and the 1977 Protocols Additional to the 1949 Geneva Conventions. The American University Journal of International Law and Policy*, Volume 2, Nº 2, Outono de 1987, pp. 419-427.
27. *Rome Statute of the International Criminal Court*, art. 8(2)(b)(xxiii), 17 de julho de 1998; Roberts and Guelff, p. 678.
28. Veja W. Hays Parks, "Responding to Rogue Regimes: From Smart Bombs to Smart Sanctions," *New England Law Review* vol. 36 (Summer 2002): pp. 755, 761; Protocolo Adicional I, art. 58(a); Roberts, p. 453. Veja também Krista Nelson, *Iraq: Questions Regarding the Laws of War*, Center for Defense Information, endereço eletrônico <www.cdi.org/iraq/lawsowparp.cfm>, acessado em 18 de março de 2003.
29. Veja *Human Rights Watch*. Veja também Anderson. Pelo menos um caso da lei dos EUA considerou um banco negligente quando um dos seus empregados disparou contra ladrões acertando num escudo humano. Horst Fischer, "Collateral Damage," *Crimes of War Project*, endereço eletrônico <www.crimesofwar.org/thebook/collateral-damage.html>, acessado em 19 de abril de 2003.
30. Veja Gaby Rado, "Legitimate Military Targets," *Crimes of War Project*, endereço eletrônico <www.crimesofwar.org/thebook/legit-military-target.html>, acessado em 19 de abril de 2003.
31. DeSaussure, p. 46, citando o Panfleto 110-31 da Força Aérea dos EUA, *Lei Internacional: A Condução de Conflito Armado e Operações Aéreas* (Washington, DC: Departamento da Força Aérea, 1976).
32. Veja Victoria Brittain, "Property: Wanton Destruction," *Crimes of War Project*, endereço eletrônico <www.crimesofwar.org/thebook/property-wanton.html>, acessado 17 de abril 2003; Estatuto de Roma, art. 8, "War Crimes," (2)(iv), endereço eletrônico <www.un.org/law/icc/statute/romefra.htm>, acessado em 8 julho de 2004.
33. Veja Heike Spieker, "Civilian Immunity," *Crimes of War Project*, endereço eletrônico <www.crimesofwar.org/thebook/civilian-immunity.html>, acessado em 14 de abril. Veja também Protocolo 1, artigos. 51-52.
34. Protocolo Adicional I, art. 51(4)(a) (b); Roberts and Guelff, pp. 448-49.
35. *Ibid*. Veja também Roy Gutman and Daoud Kuttab, "Indiscriminate Attack," *Crimes of War Project*, endereço eletrônico <www.crimesofwar.org/thebook/indiscriminate-attack.html>, acessado em 19 de abril de 2003.
36. Veja Cel Tia Johnson em LCDR William O'Brien, *Operational Law Handbook 9* (Charlottesville, Virginia: Departamento de Lei Operacional e Internacional, The Judge Advocate General's Legal Center and School, 2003).
37. Manual de Campanha dos EUA (FM) 27-10, *The Law of Land Warfare* (Lei da Guerra Terrestre (Washington, DC: GPO, 1956), para. 41, change 1.
38. Protocolo I, art. 51(5)(b); Roberts and Guelff, p. 449.
39. Veja FM 101-5-1, *Operational Terms and Graphics* (Termos Operacionais e Gráficos) (Washington, DC: GPO, 1997), 1-152. A definição do Exército de seleção de alvos é o processo de selecionar alvos e encontrar respostas compatíveis, levando em consideração as exigências operacionais e as capacidades. A análise da situação inimiga relativas à missão, objetivos do comandante e às capacidades a sua disposição para identificar e designar as vulnerabilidades específicas que, se exploradas, irão alcançar os propósitos do comandante ao atrasar, desorganizar, incapacitar ou destruir as forças inimigas ou seus meios essenciais.
40. Veja Peterson, pp. 9, 10.
41. A análise de alvos poderá ocorrer por meio de algum tipo de fórmula, entretanto, no nível batalhão é, em geral, enfatizando apenas a decisão tática ao invés de considerar qualquer implicação estratégica.
42. Veja Johnson. O verdadeiro documento é o *Chairman of the Joint Chiefs of Staff Instruction 3121.01A, Standing Rules of Engagement (SROE) for U.S. Forces* (partes desse documento são classificados sigilosos) (Washington, DC: GPO, 15 de janeiro de 2000).

O Capitão Daniel P. Schoenekase é comandante da Companhia D, 2ª Batalhão, 130ª Brigada de Infantaria na Guarda Nacional do Exército em Illinois. Possui os títulos de Bacharel pela Truman State University, e o de Doutor em Jurisprudência pela Saint Louis University School of Law. Serviu em várias missões de infantaria com o 1º Batalhão, 27º Regimento de Infantaria, 25ª Divisão de Infantaria, inclusive Líder de Pelotão de Fuzileiros, Oficial Executivo da Companhia de Fuzileiros, Oficial Executivo do QG e Companhia de Comando, Oficial do Batalhão de Manutenção e Oficial de Logística do Batalhão.